

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025
(Do Sr. Helio Lopes)

Solicita informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a coerência entre as posições públicas do Governo Federal relativas à eliminação dos combustíveis fósseis, defendidas em fóruns internacionais, e a autorização para atividades de exploração de petróleo na Margem Equatorial, especialmente na Foz do Amazonas.

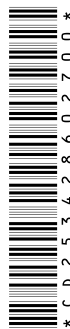
Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, encaminho o presente Requerimento de Informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, para que preste esclarecimentos formais e documentados sobre as aparentes contradições entre o discurso ambiental proferido pelo Governo Federal em arenas internacionais — incluindo a defesa do fim global dos combustíveis fósseis na COP30 — e a política doméstica que autoriza ou incentiva novas frentes de exploração de petróleo, especialmente na região da Foz do Amazonas, área sensível e ambientalmente estratégica da Margem Equatorial brasileira.

Solicito que Vossa Excelência responda, ponto a ponto, às seguintes questões:

1. Coerência entre discurso internacional e política doméstica:

- a) Informar qual é o posicionamento oficial do Ministério de Minas e Energia acerca da defesa presidencial, feita em foros internacionais, pelo fim da exploração e uso de combustíveis fósseis.
- b) Explicar de que forma esse posicionamento se compatibiliza com a autorização e o planejamento de novas atividades de prospecção e exploração de petróleo na Margem Equatorial.



2. Foz do Amazonas – Autorizações e fundamentos técnicos:

- a) Encaminhar cópias integrais das autorizações, pareceres técnicos, estudos geológicos, avaliações de impacto, notas técnicas e documentos internos que subsidiaram a política de exploração de petróleo na Foz do Amazonas.
- b) Informar se houve resistência técnica interna — no Ministério, em agências reguladoras ou no IBAMA — e encaminhar tais manifestações, caso existam.

3. Conflito com compromissos climáticos internacionais:

- a) Informar como o Ministério avalia a compatibilidade da exploração da Margem Equatorial com os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris, especialmente metas de neutralidade de carbono e descarbonização do setor energético.
- b) Encaminhar análises, pareceres ou projeções de impactos nas emissões nacionais devido à abertura de novas fronteiras petrolíferas.

4. Mitigação de impacto e justificativa estratégica:

- a) Encaminhar estudos que tratem da necessidade estratégica, econômica ou energética que justificaria a abertura da Margem Equatorial à exploração.
- b) Informar se o Ministério realizou análises comparativas entre expansão do petróleo e expansão de energias renováveis, encaminhando planilhas, projeções e notas técnicas.

5. Participação de outros órgãos:

- a) Informar se houve manifestação ou recomendação formal do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) sobre o tema.
- b) Encaminhar comunicações formais com a Presidência da República, INCLUINDO orientações estratégicas, diretrizes ou instruções que trataram da exploração de petróleo na região.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com diversas reportagens da imprensa nacional, como Folha de S.Paulo¹, O Globo², BBC News Brasil³ e Estadão⁴, a controvérsia pública sobre a política energética federal intensificou-se após o Governo Federal defender, em fóruns internacionais como a COP30, o fim global dos combustíveis fósseis, ao mesmo tempo em que autoriza ou incentiva novas frentes de exploração petrolífera na Margem Equatorial, especialmente na região da Foz do Amazonas, reconhecida por sua elevada sensibilidade socioambiental. Conforme noticiado pela Folha de S.Paulo (2024), essa sobreposição entre discurso e prática tem sido apontada por especialistas, ambientalistas e pela própria imprensa como uma “contradição ambiental”. Em linha semelhante, o Estadão registrou críticas públicas que classificam a posição governamental como “hipocrisia climática”, dada a simultânea expansão da prospecção petrolífera em uma das áreas mais ambientalmente estratégicas do país.

Segundo O Globo e a BBC News Brasil, o debate ganhou maior amplitude porque a retórica de transição energética e de mitigação das mudanças climáticas, reiterada pelo Executivo, contrasta diretamente com a abertura de novas fronteiras petrolíferas que podem impactar ecossistemas sensíveis e comprometer metas de descarbonização. Essa tensão evidencia a necessidade de fiscalização parlamentar aprofundada e da completa transparência quanto aos fundamentos técnicos, econômicos

¹ **HERCULANO, Caio; FERNANDES, Millena. Pressão ambiental aumenta após governo defender fim dos fósseis e manter plano de explorar petróleo na Foz do Amazonas.** Folha de S.Paulo, 20 nov. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/11/governo-defende-fim-dos-combustiveis-fosseis-mas-avanca-em-exploracao-na-foz-do-amazonas.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2025.

² **RAMALHO, Mariana. Contradição ambiental: governo prega transição energética na COP e insiste em explorar petróleo na Margem Equatorial.** O Globo, 22 nov. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2024/11/governo-prega-transicao-energetica-mas-avanca-na-margem-equatorial.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2025.

³ **BRANDÃO, Mariana. Por que a exploração de petróleo na Foz do Amazonas gera crise entre ambientalistas e o governo brasileiro.** BBC News Brasil, 25 nov. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxxxx>. Acesso em: 10 dez. 2025.

⁴ **TOLEDO, Vinícius. Governo é acusado de “hipocrisia climática” ao defender fim dos fósseis e avançar na exploração da Margem Equatorial.** Estadão, 18 nov. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/geral/hipocrisia-climatica-exploracao-margem-equatorial/>. Acesso em: 10 dez. 2025.



e geopolíticos que sustentam a atual política de exploração de petróleo na Margem Equatorial.

A avaliação da compatibilidade entre o discurso internacional do Governo Federal e sua prática doméstica é essencial para que o planejamento energético nacional se mantenha tecnicamente fundamentado, transparente e alinhado aos princípios constitucionais da publicidade, eficiência, moralidade, sustentabilidade e segurança energética. Compreender os critérios adotados, assim como os documentos técnicos, pareceres e estudos que embasam tais decisões, é condição imprescindível para verificar a coerência das ações governamentais com os compromissos climáticos firmados pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris.

Diante desse cenário, as informações solicitadas neste Requerimento de Informação mostram-se necessárias para elucidar as estratégias e motivações políticas, técnicas e ambientais que orientam a exploração petrolífera na Margem Equatorial, bem como para assegurar o pleno exercício do controle legislativo e social sobre políticas energéticas de elevado impacto ambiental e climático.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2025.

Deputado **HELIO LOPES**
PL/RJ

